

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. 1ª SESSÃO LEGISLATIVA. 19ª LEGISLATURA. MANAUS, 13 DE NOVEMBRO DE 2019. PRESIDENTE: DEPUTADO JOSUÉ NETO.

Às nove horas e vinte minutos do dia treze de novembro do ano dois mil e dezenove foram abertos os trabalhos sob a Presidência do parlamentar **JOSUÉ NETO**, com as presenças em plenário dos deputados: Abdala Fraxe, Adjuto Afonso, Alessandra Campêlo, Álvaro Campelo, Augusto Ferraz, Belarmino Lins, Cabo Maciel, Carlinhos Bessa, Delegado Péricles, Dermilson Chagas, Doutor Gomes, Doutora Mayara, Fausto Júnior, Felipe Souza, Joana D'arc, João Luiz, Professora Therezinha Ruiz, Ricardo Nicolau, Roberto Cidade, Saullo Vianna, Serafim Corrêa, Sinésio Campos e Wilker Barreto. Não havendo EXPEDIENTE a relatar, foi suspensa a Sessão por dez minutos para atender o Secretário de Educação, Vicente Nogueira, na sala da Presidência juntamente com os demais deputados. **Retomando os trabalhos, o Presidente Josué Neto extinguiu o Pequeno Expediente e iniciou o Grande Expediente com uma “Cessão de Tempo” sobre as interrupções no fornecimento de energia elétrica na capital e nos municípios do Amazonas e acerca dos índices de tarifa de fornecimento atendendo aos Requerimentos de autoria dos deputados João Luiz, Álvaro Campelo e Wilker Barreto**, convidando para compor a Mesa as seguintes autoridades: Jalil Fraxe Campos, representando o Governador do Estado; Senhor Tarcísio Rosa, Presidente da Amazonas Energia; Promotora Sheila Andrade, Representando o Ministério Público do Estado; Defensor Thiago Nobre Rosas, representando a Defensoria Pública do Estado. **A seguir o deputado Wilker Barreto** questionou o Representante da Amazonas Energia se o Decreto do Governo que mudou a cobrança da alíquota do ICMS causou um aumento na conta de energia, pediu ao Governador que retroaja ao Decreto, justificou a sua saída do Plenário em virtude de uma reunião no Ministério Público com a Promotora Silvana Nobre acerca da possível greve dos terceirizados da SUSAM. **Em seguida, o tribuno João Luiz** apresentou os questionamentos da população de vários municípios, inclusive Manaus. **Após, o Vereador Leo de Manacapuru** afirmou que a cidade está passando por uma situação crítica de falta diária de energia, solicitou providências, visto que os prejuízos para os moradores são enormes. **Na continuidade, o parlamentar Álvaro Campelo** evidenciou receber diariamente reclamações de vereadores e prefeitos sobre a constante interrupção de energia elétrica no

interior, denunciou ainda o aumento de mais de quarenta por cento na conta de luz, pediu uma explicação acerca da precarização do serviço após a privatização da empresa, como também sobre a cobrança das contas atrasadas feitas por meio de Cartório. **Após, o Secretário de Políticas Fundiárias, Senhor Ricardo Francisco**, solicitou os nomes de quem conduzia a matriz energética do Estado para que o Governador pudesse tomar as medidas cabíveis. **Prosseguimento, os deputados: Cabo Maciel** reclamou das ininterruptas “quedas” de energia no interior causando prejuízos aos comerciantes, afirmou que existem municípios com racionamento de mais de quatro horas de energia, daí pedir que o Representante da Amazonas Energia respondesse a duas perguntas: como os moradores poderiam ser ressarcidos dos prejuízos e o porquê do aumento da conta de energia; **Saullo Vianna** também solicitou explicações sobre o aumento da conta de luz e das constantes interrupções de energia no interior, citando os Municípios de Nhamundá e Silves; **Serafim Corrêa** questionando o mecanismo da Amazonas Energia ao cobrar o consumidor, opinou que seria muito mais eficaz usar o SPC/Serasa, ao invés de protestar em Cartórios da cidade. **Após, o Presidente da Amazonas Energia** afirmou não haver aumento na conta de energia e que, a partir de janeiro, haverá uma redução de mais de 6%, o que aconteceu foi uma alteração na cobrança do ICMS que incidiu sobre a conta de energia, assegurou ainda que não havia racionamento, nem rodízio de energia na capital, explicou que os apagões se deviam à derrubada de árvores que atingiam a rede elétrica durante os vendavais e a acidentes de trânsito que atingiam os postes e não poderiam ser recuperados rapidamente. Em relação a Manacapuru e Iranduba, esclareceu que existiu uma falha nos cabos submersos, mas a empresa conseguiu contornar a situação, reiterou que não houve aumento algum na conta de luz no Estado todo, o que talvez tenha havido, além da questão do ICMS, foi uma mudança na leitura do medidor o que poderia ter provocado uma sensação de aumento, e quanto a Nhamundá, esclareceu que em breve começaria a funcionar uma Usina que já estava pronta, em relação a Itapiranga, Silves e Itacoatiara, serão integrados à linha de transmissão, no que tange a ressarcimento, enfatizou que existiam muitas ligações clandestinas e que as pessoas não tinham conta de energia para solicitar o ressarcimento, informou que várias usinas serão inauguradas no interior do Estado para melhorar o serviço. **Após, o parlamentar Álvaro Campelo** interveio e sugeriu que a empresa informasse primeiramente o consumidor acerca da mudança na leitura do medidor, pois não esperava receber uma conta com uma diferença significativa. **Na sequência, o deputado João Luiz** sugeriu que a empresa melhorasse a comunicação com o consumidor. **Ato contínuo, o Defensor** prestou alguns esclarecimentos acerca do ressarcimento ao consumidor e salientou que as indenizações deveriam ser compatíveis a cada um dos

problemas vivenciados e opinou que ao entrar com ações de ressarcimento, o consumidor estava tendo acesso à justiça. **Nada mais a tratar, o Presidente Josué Neto** agradeceu os convidados e continuou com o **Grande Expediente** registrando a presença na galeria do plenário dos alunos da Escola Estadual Cacilda Braule Pinto, localizada no Bairro Coroado. **A seguir, o parlamentar Cabo Maciel** repercutiu a mobilização do Governo do Estado, por meio da SEDUC, no combate à malária. Em outro tema, opinou que as audiências de custódia precisavam ser mais rigorosas e citou vários casos de bandidos que tiram a vida de pessoas decentes e que não poderiam sair ilesos, daí pedir ao Secretário de Segurança um maior policiamento na região do Purupurus devido à insegurança no local. **Na sequência, o deputado Sinésio** afirmando que o PT estava consolidado em todos os municípios, mas que a decisão de quem iria concorrer deveria ser construída no partido, enfatizou que começará uma nova gestão à frente do PT e que as eleições de 2020 serão discutidas internamente. Em outro assunto, pediu que seus pares subscrevessem o Requerimento, de sua autoria, visando a criação da APA (Área de Preservação Ambiental), nos municípios de Itacoatiara e Rio Preto da Eva, para preservar o Sauim de Coleira, sem prejudicar os produtores rurais. **Em aparte, os parlamentares: Cabo Maciel** externando preocupação com o tamanho da APA, visto que poderia interferir na plantação do abacaxis, subscreveu o Requerimento; **Fausto Júnior** também manifestou indignação acerca do tamanho da APA pois poderia inviabilizar uma grande área de produtores rurais; **Serafim Corrêa** concordou que havia a necessidade de preservar o Sauim de Coleira, mas alertou que preservação não era sinônimo de extensão; **Joana D'arc** informando ter participado, ontem de um desmante de cativeiro clandestino de animais e, entre eles, havia o Sauim, sugeriu que a Comissão de Meio Ambiente, fosse à Comissão que o orador presidi para discutir o assunto. **Acolhendo os apartes, o orador** enfatizou a necessidade de discutir a questão com a população. **Em Comunicação de Liderança, a parlamentar Joana D'arc** discursando novamente sobre o desmante, ontem, pela Polícia Ambiental, de um cativeiro clandestino de animais localizado no Bairro Jorge Teixeira em Manaus, reafirmou seu compromisso em defender a causa animal e punir os agressores. **Após, o deputado Fausto Júnior** dando publicidade à ação do Governo Bolsonaro de asfaltar o trecho do meio da BR319, enfatizou ser uma promessa cumprida do Governo Federal com o povo do Amazonas. **Em aparte, os tribunos: delegado Péricles** lembrou que os governos anteriores nunca se preocuparam em asfaltar a BR319 e que o Governo Bolsonaro estava comprometido com o Estado do Amazonas; **Belarmino Lins** opinou que não se tratava de uma reconstrução da estrada, mas sim de uma recuperação e uma interligação do Amazonas ao resto do país, sem dúvida a estrada era imprescindível para o desenvolvimento do Amazonas. **Acolhendo os**

apartes, o orador parabenizou todos os parlamentares da Bancada Federal e ressaltou que todos estavam empenhados em conseguir recursos para asfaltar a BR 319. **Na Ordem do Dia foi anunciada a Pauta constante dos seguintes Projetos de: Lei n°s: 599/19, das deputadas Alessandra Campêlo e Joana D'arc; 646/19, da parlamentar Alessandra Campêlo; 656/19, de autoria Coletiva; 664/19, da deputada Alessandra Campêlo; 675/19, do tribuno Fausto Junior; de Resolução Legislativa n°s: 67/19, do parlamentar Sinésio Campos; 68/19, da deputada doutora Mayara; 69/19, do tribuno Cabo Maciel; de Lei n°s: 694, 695/19, do parlamentar Álvaro Campelo; 696/19, do tribuno Sinésio Campos; 697/19, da deputada Joana D'arc; 698, 699/19, do parlamentar Fausto Júnior; 700/19, da deputada professora Therezinha Ruiz (em segundo dia); 701/19, oriundo da Mesa Diretora “Revoga a Lei n° 2.990, de 09 de novembro de 2005 e dá outras providências”; de Lei Complementar n° 15/19, oriundo do Ministério Público “Altera o artigo 17, I, da Lei Complementar n. 11/1993, de modo a incluir a Ouvidoria-Geral do Ministério Público dentre os órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas”; de Resolução Legislativa n° 76/19, do deputado Cabo Maciel “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Senhor Ayrton Ferreira do Norte e dá outras providências” (estes em primeiro dia). **A seguir foi aprovado o requerimento n° 6366 do deputado Cabo Maciel**, Regime de Urgência para o Projeto de Resolução Legislativa n° 76/19, “Concede a Medalha Ruy Araújo ao senhor Ayrton Ferreira do Norte e dá outras providências”, subscrito por vários deputados; **e deferidos os de n°s: 6367 do tribuno Cabo Maciel**, ao Governo do Amazonas; **6368 e 6369 do deputado Adjuto Afonso**, Moção de Parabenização à UFAM pelo registro do milésimo professor do quatro ativo permanente a conquistar o título de doutorado; Cessão de Tempo dia 19.11 para Dom Sérgio Castriani expor sobre o Sínodo da Amazônia ocorrido em Roma; **6370 da parlamentar professora Therezinha Ruiz**, Cessão de Tempo dia 14.11 para a Escola Estadual Helena Araújo pela conquista do primeiro lugar na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; **6371 do tribuno Belarmino Lins**, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana; **6372 dos deputados Fausto Júnior e doutora Mayara**, à Empresa MAP Linhas Aéreas; **6373 e 6374 do parlamentar Fausto Júnior**, Cessão Especial em 13.11 para tratar de interrupção no fornecimento de energia; à SEMINF; **6375 ao 6380 do tribuno Josué Neto**, Moção de Parabenização à ginasta Amazonense Hadassa Benício, pela medalha de ouro no torneio Nacional de ginástica rítmica; à SEMPPE; à SSP; três á SEINFRA; **6381 ao 6386 do deputado Saullo Vianna**, Moção de Aplausos: à DEMA, em razão da apreensão dos suspeitos por possuírem cativeiro clandestino de animais; ao Batalhão de Polícia Ambiental, em razão da apreensão dos suspeitos por**

possuírem cativeiro clandestino de animais; ao Governo do Estado do Amazonas; à Secretaria de Saúde do Amazonas; às Prefeituras de Urucará e Barreirinha; **6387 ao 6411 do parlamentar Sinésio Campos**, Audiência Pública em 18.11 para debater sobre a proposta de criação da APA SAUIM-DE-COLEIRA; três à ANATEL; os demais à empresa Amazonas Energia; **6412 ao 6419 do tribuno Álvaro Campelo**, à SEMULSP e os demais ao Chefe do Poder Executivo do Amazonas; **6420 ao 6428 do deputado João Luiz**, dois à SEMULSP; sete à SEMINF; **6429 ao 6437 da parlamentar Joana D’arc**, Moção de Pesar à família de senhora Érika Costa Lima, pessoa ativa na causa animal; à SEMULSP; ao Governador Wilson Lima; Moção de Aplausos: ao professor Jairo Araújo, pelo excelente trabalho com o “Projeto Stemp”; ao Capitão Jorge Belém; Coronel Wanderley Yokoyamá; Ayrton Ferreira do Norte; Major Alisson Henriques; Major Eduardo Miranda de Freitas, pelo excelente trabalho em aproximar as crianças da polícia com a comemoração do dia das crianças em várias zonas da capital e comunidades ribeirinhas; **indo às Comissões Técnicas da Casa os Projetos de Lei dos deputados: Joana D’arc** “Revoga Lei Promulgada nº 378, de 31 de maio de 2017 e dá outras providências”; “Dispõe sobre a divulgação da Lei do Minuto Seguinte na rede de saúde pública na forma que especifica”; **Carlinhos Bessa** “Declara a Festa da Castanha do Município de Tefé como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas”; **doutora Mayara** “Altera e acrescenta a Lei nº 3339 de 30 de dezembro de 2008 que dispõe sobre a utilização de passagens e prêmios de milhagens aéreas advindas de recursos públicos do Estado do Amazonas; altera o inciso I e II do artigo 2º da referida Lei e acrescenta o parágrafo único no artigo 3º”; “Obriga as locadoras de veículos a oferecer alternativas para efetivação de caução por parte do consumidor”. **Em seguida foram aprovadas as ATAS das reuniões: 107ª e 108ª Ordinárias; 102ª, 103ª e 104ª Especiais. Em Discussão Geral e Votação Única foram aprovados: o Veto Total nº 52/19, oriundo da Mensagem Governamental Nº 114/19, ao Projeto de Lei nº 106/19, do deputado Roberto Cidade** “Dispõe sobre o direito de pessoas portadoras de deficiência visual obterem as certidões de registro civil em Braille.” Com Parecer Contrário ao Veto da Comissão Especial (Relator: Deputado Álvaro Campelo); **Projeto de Decreto Legislativo nº 35/19, oriundo da Comissão Especial** “Aprova a indicação de substituição de membro do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas – CETRAN/AM”. Enviado pelo Poder Executivo por meio da Mensagem Governamental 125/2019. (Relator: deputado Roberto Cidade); **posto em Discussão Geral e Votação Única, O Projeto de Lei nº 240/19, da deputada Joana D’arc** “Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do selo “Testado em Animais” por empresas que fabricam cosméticos, perfumaria, produtos de higiene pessoal ou de limpeza em geral”. Com Pareceres

Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e de Meio Ambiente, Proteção aos Animais e Desenvolvimento Sustentável (Relator: Deputado Fausto Junior); **para discuti-lo os tribunos: Sinésio Campos** pediu maiores esclarecimentos quanto a expressão “testado em animais”; **João Luiz pediu vista da matéria em votação, o mesmo foi rejeitado com voto dos tribunos: Josué Neto, Sinésio Campos, Joana D’arc, professora Therezinha Ruiz, Saullo Vianna, delegado Péricles, Abdala Fraxe, Serafim Corrêa, Alessandra Campêlo, Belarmino Lins, Carlinhos Bessa e Fausto Júnior; ainda em discussão a autora** defendeu sua iniciativa e o parlamentar **Carlinhos Bessa** externou seu coto contrário à matéria, **a seguir o Projeto foi aprovado com voto contrário dos deputados Adjuto Afonso, doutor Gomes, Felipe Souza, João Luiz, Ricardo Nicolau e Roberto Cidade. Ainda em Discussão Geral e Votação Única, foram aprovados os Projetos de Lei n°s: 339/19, do deputado Felipe Souza** “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao senhor Marcel Alexandre”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); **343/19, da deputada Joana D’arc** “Institui a Semana Estadual de Ações Integradas sobre o Uso Consciente de Água e Preservação dos Rios”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); e de Meio Ambiente, Proteção aos Animais e Desenvolvimento Sustentável (Relator: Deputado Fausto Junior); **tendo o tribuno Saullo Vianna felicitado a autora pela iniciativa; 352/19, da deputada Alessandra Campêlo** “Cria o Estatuto da mulher parlamentar e ocupante de cargo ou emprego público no âmbito do Estado do Amazonas”. Com Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Ricardo Nicolau); da Mulher, da Família e do Idoso (Relatora: Deputada Joana D’arc); **391/19, do tribuno Serafim Corrêa** “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao Senhor Milton Braga Rôla Neto. “Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Fausto Junior); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); **442/19, do deputado Felipe Souza** “Concede o Título de Cidadã do Amazonas à Senhora Adriana Malheiro Alle Marie”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); **505/19, dos deputados Carlinhos Bessa e Alessandra Campêlo** “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao senhor Cássio Roberto Espírito Santo”. Com Pareceres

Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado Saullo Vianna); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins); **564/19, do tribuno Carlinhos Bessa** “Concede o Título de Cidadão do Amazonas ao General de Brigada Cristiano Pinto Sampaio”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relator: Deputado João Luiz); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); **de Resolução Legislativa n°s: 14/19, do deputado doutor Gomes** “Cria, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social – SUAS”. Com Pareceres Favoráveis da Mesa Diretora (Relatora: Deputada doutora Mayara Pinheiro Reis); das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Delegado Péricles); de Assuntos Econômicos (Relator: Deputado Saullo Vianna); e de Assistência Social e Trabalho (Relatora: Deputada professora Therezinha Ruiz); **40/19, dos deputados Felipe Souza e Delegado Péricles** “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Coronel Alfredo Menezes”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão Especial (Relatora: Deputada Alessandra Campêlo); e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relatora: Deputada Joana D’arc); **bem como em Discussão e Votação em 1º Turno, o Projeto de Resolução Legislativa n° 35/19, do parlamentar Ricardo Nicolau** “Modifica dispositivos da Resolução Legislativa n. 469, de 19 de março de 2010 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, nos termos que especifica (Votações Secretas)”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (Relator: Deputado Belarmino Lins) e da Mesa Diretora (Relator: Deputado Delegado Péricles); **tendo sido retirados de pauta os Projetos de Lei n°s: 520 e 539/19, dos deputados Abdala Fraxe e doutora Mayara; de Resolução Legislativa n° 58/19, do tribuno Wilker Barreto, por ausência dos autores e ainda de Resolução Legislativa n° 28/17 da deputada Alessandra Campêlo a seu pedido. Em apreciação a Pauta II, foram aprovados em Discussão e Votação em 2º Turno, o Projeto de Resolução Legislativa n° 35/19, do tribuno Ricardo Nicolau; bem como em Discussão Geral e Votação Única, as Redações Finais dos Projetos de: Lei n°s: 28/18 e 33/19; 222, 352/19, todos da deputada Alessandra Campêlo; 42, 240, 343/19, da parlamentar Joana D’arc; 228/19, do deputado Cabo Maciel; 339, 442/19, do parlamentar Felipe Souza; 391/19, do tribuno Serafim Corrêa; 505/19, dos deputados Carlinhos Bessa e Alessandra Campêlo; 520/19, do deputado Abdala Fraxe; 539/19 da parlamentar doutora Mayara; 564/19, do tribuno Carlinhos Bessa; de Resolução Legislativa n°s: 14, 40/19, dos parlamentares doutor Gomes e Felipe Souza; 35/19, do parlamentar Ricardo Nicolau. Em Discussão Geral e Votação em 1º Turno foi aprovada a Proposta de Emenda**

Constitucional nº 08/19, da deputada Joana D'arc “Acrescenta o inciso XIII ao artigo 230 da Constituição do Estado do Amazonas (Proteção aos animais domésticos)”. Com Pareceres Favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, opinando pela admissibilidade do projeto (Relator: Deputado Serafim Corrêa); e da Comissão Especial (Relator: Deputado Delegado Péricles); **e, na Pauta V a Proposta obteve o mesmo despacho; bem como em Discussão Geral e Votação Única sua Redação Final. A seguir foram Promulgados os seguintes Projetos de: Lei nºs: 95, 77/19, da deputada Joana D'arc** “Declara de Utilidade Pública o Instituto Brinquedoar”; “Dispõe sobre o uso de espaços públicos de publicidade para campanhas educativas de combate a atos de maus-tratos e abandono de animais”; **sob os nºs 4.952, 4.970/19, respectivamente; 243/19, do tribuno Belarmino Lins** “Declara de Utilidade Pública a Associação dos Empregados da Eletronorte – ASEEL”, **sob o nº 4.971/19; 255/19, do parlamentar Saullo Vianna** “Altera a Lei Promulgada nº 94, de 26 de outubro de 2010, na forma que especifica”, **sob o nº 4.972/19; de Resolução Legislativa nºs: 14/19, do tribuno doutor Gomes** “Cria no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a Frente Estadual Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social – SUAS”, **sob o nº 726/19; 40/19, do deputado Felipe Souza** “Concede a Medalha Ruy Araújo ao Coronel Alfredo Menezes”, **sob o nº 727/19; 35/19, do parlamentar Ricardo Nicolau** “Modifica dispositivos da Resolução Legislativa nº 469, de 19 de março de 2010 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, nos termos que especifica”, **sob o nº 728/19; de Decreto Legislativo nºs: 35 e 36/19, oriundos das Mensagens nºs: 125 e 126/19,** “Aprova a indicação de substituição de membro do Conselho Estadual de Trânsito do Amazonas – CETRAN/AM”; “Aprova a indicação dos nomes para composição do Conselho Estadual de Saúde – CES”, **respectivamente sob os nºs: 876 e 877/19; e de Emenda Constitucional nº 08/19, da deputada Joana D'arc** “Acrescenta o inciso XIII ao artigo 230 da Constituição do Estado do Amazonas”, **sob o nº 115/19.** Nada mais ocorrendo, foi a presente encerrada e convocada a reunião Ordinária do dia seguinte, à hora regimental. Eu,....., lavrei esta ATA.//

Presidente

Secretário